

Revista

FEBASE

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Horácio Oliveira e Pereira Gomes

Ano IV
N.º 30
1,50 €
Fevereiro de 2013

Diretor: Delmiro Carreira



Setor empresarial do Estado

Cortes fazem salários recuar uma década



Paulo Alexandre em entrevista
"Espinha dorsal do ACT
é para manter"

4



Mário Mourão
"Comissão vai propor estatutos
para sindicato único"

19

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Horácio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Constança Sancho – SBSI
Firmino Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 68.000 exemplares
(sendo 3.500 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

ENTREVISTA | Paulo Alexandre
"Espinha dorsal do ACT é para manter" **4**

SINDICAL | Atualidade
Conferências Febase 2013
Debater sem tabus temas controversos **9**

Grupo CGD
Trabalhadores **ganham menos hoje** do que em 2005 **10**

Um ano de "Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego"
O Acordo **que pode deixar de o ser** **12**

Governo violou pressupostos do Compromisso **12**

Consciência social vai aumentar **13**

JURÍDICAS | Questões
Santander Totta
Tentativa de usurpação de **complementos de pensões** **14**

TEMPOS LIVRES | Nacional



Primeira caminhada Febase do ano
Nem a chuva **venceu o entusiasmo** **16**

Inscrições abertas para a 1.ª montaria no Algarve **17**



19

| **Bancários Norte**



23

| **Bancários Centro**



26

| **STAS Actividade Seguradora**



29

| **Bancários Sul e Ilhas**



Texto: **HORÁCIO OLIVEIRA**

Um País em transformação

Este é o ano de todas as consumações. Dizem os analistas mais experimentados que, se 2012 foi difícil 2013 "vai arrancar a pele" aos portugueses. Vale o que vale. Nesta longa e difícil crise já estamos habituados a ouvir de tudo e a fazer a seleção, consoante nos merecem mais ou menos credibilidade as opiniões emitidas e, sobretudo, quem as profere.

Se assim não fosse, não nos ríamos das calinadas com que os media nos brindam quando se referem aos Fundos de Pensões dos bancários. Por mais que já se lhes tenha explicado (incluindo o próprio ministro Pedro Mota Soares) que não sai dos "cofres" da Segurança Social o pagamento das suas pensões e que este provém dos seis mil milhões de euros que a banca entregou ao Estado dos Fundos que estavam constituídos, mais exatamente ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, continua a comunicação social, cada vez que aborda o assunto, a dizer disparates e a culpabilizar os bancários pela situação da Segurança Social. Já foi explicado informalmente, em entrevistas, por escrito, já se fizeram os "bonecos" mas "tá quieto"...

Difícil continua o diálogo entre o governo e os parceiros sociais. Aquele entende (mas não o diz) que quanto menos importância se lhe der, designadamente com os sindicatos, com maior facilidade pode percorrer o caminho que traçou (ou traçaram por ele). Por sua vez, os representantes dos trabalhadores que defendem o entendimento tripartido (porque há outros que preferem, sistematicamente, as manifestações e as greves, como se isso tivesse levado a alguma coisa nos países que estão sob a alçada da ajuda financeira internacional) têm posição oposta e

continuam a defender a importância da concertação social. Esperemos que a recente remodelação ministerial, com a nomeação de um novo secretário de Estado do Emprego, nos traga alterações positivas nesta área e não passe de uma operação de cosmética, não só pelo facto de o seu titular ser um homem experiente na área das relações de trabalho, mas por já ser tempo de se dar maior importância ao diálogo social.

Diga-se o que se disser, de uma coisa estamos certos: Portugal não volta a ser o que era; os hábitos dos portugueses estão a modificar-se; o País está a reformar-se, para o bem e para o mal; as classes sociais abaixo da média-alta estão a confundir-se (com o incremento de situações de miséria e de abandono que, cremos e desejamos, sejam temporárias); o tecido produtivo, paulatinamente, dá mostras de querer transformar-se e de abarcar novas áreas há muito abandonadas. Dezenas de milhar de empresas encerraram em 2012, mas foram criadas mais dos que as que fecharam. O País movimenta-se, os portugueses não param.

A transformação está aí, sob os nossos olhos. Conquistas de décadas esfumam-se. É necessário voltar a "reconquistar", com outros olhos e dentro de uma nova ordem interna. Os sindicatos devem estar preparados para olhar o futuro por outro prisma e para responder aos anseios e necessidades dos trabalhadores em geral de forma diferente. Em breve não será a contratualização deste ou daquele subsídio o mais importante, mas sim as respostas sociais, designadamente de apoio à família, à infância, aos reformados e à saúde, bem como os serviços, em benefício dos seus associados, que os sindicatos possam prestar.

Os sindicatos devem estar
preparados para olhar o futuro
por outro prisma e para
responder aos anseios
e necessidades dos trabalhadores
em geral de forma diferente

Coordenador do Pelouro da Contratação da Febase

"Espinha dorsal do ACT é para manter"

TEXTOS: ELSA ANDRADE

Ao fim de quatro meses de negociações para a revisão global do ACT do setor bancário, mantém-se uma divergência profunda entre a Febase e as instituições de crédito em cerca de 35% das cláusulas, nomeadamente as relativas aos automatismos, categorias profissionais, exercício da atividade sindical e SAMS. A Federação espera alcançar um acordo até final do ano mas, garante Paulo Alexandre, não abre mão das matérias essenciais. O coordenador do Pelouro da Contratação faz o balanço da situação laboral nos vários bancos e adianta: foi já reivindicado um aumento salarial para 2013, com base na proposta do ano passado

tos ou agravamento da situação, quer para um lado quer para o outro.

A proposta que o grupo negociador das instituições de crédito (GNIC) nos apresentou – 83 cláusulas e seis anexos –, a Febase respondeu com uma proposta de 130 cláusulas e seis anexos mantendo, no essencial, o ACT em vigor, com algumas adaptações às novas realidades.

Até agora, da proposta da Febase, cerca de 20% pode considerar-se já acordada, ainda que aguarde acordo final; em 45% dela existem divergências de pormenor, questões que se prendem



Revista Febase - As proposta e contraproposta de revisão global do ACT foram entregues no início do verão e as negociações começaram em setembro. Ao fim de cinco meses que balanço é possível fazer?

Paulo Alexandre - Não era expectável que as negociações corresse de forma muito diferente do que está a acontecer, dada a profundidade das matérias em discussão. Estávamos habituados a lidar com a revisão de cláusulas pontuais

e desta vez é uma revisão global, o que implica um trabalho muito mais profundo para um possível entendimento. Recorde-se que, pela primeira vez desde o 25 de abril, as instituições de crédito (IC) fizeram a denúncia do acordo coletivo de trabalho (ACT).

P - O que é que já foi negociado?

R - Foram negociadas (ou há pontos de vista convergentes) as propostas genéricas que não têm quaisquer cus-

essencialmente com a redação e/ou com a transposição ou não de normas do Código do Trabalho para o ACT; nos restantes 35% incluem-se as cláusulas em que há divergência profunda entre as partes e têm a ver com as questões essenciais da convenção: os automatismos, as categorias profissionais, o exercício da atividade sindical e a matéria relativa aos benefícios sociais, nomeadamente ao SAMS e às contribuições.

P - Por que é que a Febase faz tanta questão em verter para o ACT algumas das normas do Código?

R - É um princípio de política sindical. Além disso, retendemos sobretudo que o ACT seja também um documento pedagógico, onde os trabalhadores encontrem o que é essencial para a sua prestação de trabalho.

P - O grupo negociador das IC tem sido inflexível quanto a essa questão. Isso é essencial para a Febase?

R - Há questões de que não podemos prescindir. Na altura certa faremos uma avaliação e destriçaremos umas das outras.

P - De quais não é possível prescindir?

R - Esse levantamento ainda não foi feito, mas matérias referentes ao modo da prestação de trabalho, feriados, faltas e férias e procedimento disciplinar parece-nos importante que constem da convenção coletiva.

Poder discricionário

P - O GNIC tem sido muito inflexível em determinadas matérias...

R - Sem dúvida. As IC apresentaram uma proposta que andam a fabricar há anos e sistematicamente é avançada à mesa das negociações, embora sem nunca chegar a ser formalizada. Neste processo negocial, através da denúncia do ACT, assumiram claramente todo esse conjunto de matérias.

P - Globalmente há uma intenção das IC de fixar no ACT um poder discricionário na relação laboral?

R - Claramente, pretendem 'limpar' a convenção daquilo a que chamam os 'espartilhos da gestão'. Ou seja, querem ficar com as mãos livres para a seu belo prazer gerirem as carreiras e as categorias profissionais, além daquilo que já fazem na gestão dos complementos remuneratórios e outras rubricas. Por outro lado, pretendem acabar com os automatismos e incentivar os trabalhadores a desenvolverem as funções de uma forma mais ativa através da sua política de gestão de recursos humanos. A isto chamamos forma de pressão e não podemos aceitar esta política no setor.

P - A convenção ficaria expurgada daquilo que é matéria de negociação com os sindicatos?

R - Exato. Isso seria obviamente mau para os trabalhadores, e não sei se seria bom para a gestão de um setor que se ►

Banif: "Relatório da CE preocupa-nos muito"

P - Ainda há convites para rescisões no Banif?

R - Não temos conhecimento de quaisquer iniciativas nesse sentido. Mas como subsistem problemas no banco, solicitámos uma reunião à administração, na qual pretendemos questioná-la sobre essas e outras matérias, nomeadamente as decorrentes das obrigações impostas pelo plano de recapitalização, que poderão ter implicações nos postos de trabalho.

Como é sabido, aquando da redução de cerca de 280 postos de trabalho, os sindicatos da Febase contribuíram da forma que lhes foi solicitada predispondo-se, inclusive, a manter o SAMS a esses trabalhadores enquanto estiverem desempregados. Exigiram, em contrapartida, a entrada correspondente de contribuições – 6,5% do banco e 1,5% dos trabalhadores. Isto verifica-se neste momento.

P - O relatório da CE de 21 de janeiro, que aprova a ajuda estatal ao Banif, aponta para uma "reestruturação profunda", com enfoque regional. Isso poderá significar redimensionamento do banco no continente e, consequentemente, um despedimento coletivo? Qual a posição da Febase?

R - Esse relatório preocupa-nos muito e tudo faremos para que não seja esse o destino dos trabalhadores. O banco terá de encontrar outras formas de resolver o problema sem recurso a despedimentos coletivos e, sobretudo, sem diminuição dos quadros de pessoal. Este é um dos temas a abordar com a administração.

P - Um eventual encerramento dos balcões do continente envolveria quantos trabalhadores?

R - Seguramente cerca de 1.850 trabalhadores. Mas é incompreensível acabar com a rede de balcões no continente e mantê-la somente nas regiões autónomas, quando os serviços centrais estão sediados em Lisboa. Veremos o que está efetivamente em jogo.

Banco de Portugal concilia contenção com medidas de promoção de mérito

A Febase reuniu-se com a administração do Banco de Portugal (BdP) no dia 1, com o objetivo de analisar as consequências para os trabalhadores da decisão da instituição, comunicada em janeiro, de este ano não pagar o subsídio de férias aos trabalhadores no ativo e manter a retenção do 14.º mês aos reformados.

No encontro, a administração explicou que apesar de em anos anteriores o BdP ter tomado um conjunto de medidas para ir ao encontro das exigências governamentais de redução global das despesas com pessoal, a opinião pública ficou com a perceção de que os trabalhadores do banco teriam sido poupados aos sacrifícios impostos a todos os portugueses, o que não é verdade. Assim, adiantou, este ano o BdP sentiu-se obrigado a cumprir integralmente o n.º 8 do artigo 29.º do OE 2013 e cortar o subsídio de férias.

Deste modo, na reunião foi reafirmado à Febase o conteúdo da carta enviada aos trabalhadores: "Essa independência significa antes que o banco, através do governador e do conselho de administração, assume perante o País a responsabilidade da prossecução de uma política remunerativa própria, que concilie medidas de contenção com medidas de promoção do mérito e da qualidade do desempenho".

Face a estas informações, e porque entende existirem ainda questões a validar, nomeadamente sobre o destino a dar às verbas que por esta via o banco não entrega aos trabalhadores e não pode transferir para o Estado, a Febase aguarda a decisão do Tribunal Constitucional sobre esta matéria.

BCP: nível de emprego **está estabilizado**

P - Algumas notícias referem a intenção do BCP de reduzir o quadro de pessoal em 900 trabalhadores e não nos 600 anunciados, recorrendo agora a reformas antecipadas. Isto apanhou a Febase de surpresa?

R - Pelos elementos de que dispomos isso já foi feito. Em 2012, o banco libertou-se de cerca de mil trabalhadores.

P - Um número superior ao anunciado...

R - Sim, ainda que quando enviaram o convite a 600 trabalhadores para rescisão de contrato contassem já proceder a algumas reformas antecipadas, bem como com um certo número de candidatos à saída. Podemos afirmar que na última reunião com a direção de recursos humanos para fazer o ponto de situação fomos informados que no dia 31 de dezembro o BCP deu o processo por encerrado.

P - Não se preveem mais saídas...

R - Disseram-nos que se a situação económica do País e do banco não se alterassem significativamente, em 2013 não teriam mais problemas com reestruturação ao nível do emprego. Até porque, nas palavras do seu presidente, o banco pretendia ficar com cerca de 9.000 trabalhadores, o que conseguiu – logo, não vemos razões para se continuar a falar nessa questão, mas vamos pedir uma reunião à administração para esclarecer os boatos que circulam, até porque os trabalhadores estão ainda traumatizados pelo processo.

P - O Grupo BCP tem um ACT próprio. A Febase já apresentou alguma proposta de revisão salarial para este ano?

R - No que se refere às revisões salariais, iremos retomar junto do BCP, bem como das restantes instituições com convenção própria, a proposta apresentada em 2012, igual à que se encontra em sede de negociação na APB. No caso concreto do BCP, entregámos há cerca de um ano uma proposta de adaptação da convenção às novas regras do Código do Trabalho, nomeadamente quanto ao regime da parentalidade e, especificamente, no que tem a ver com as uniões de facto. Além disso, há um conjunto de cláusulas que na perspetiva da Comissão para a Igualdade no Trabalho (CIT) não estão conforme a lei. O processo está a decorrer no tribunal, mas há da parte do banco disponibilidade para fazermos a adaptação sem esperar pela decisão judicial. Por outro lado, por força desta reestruturação, houve uma alteração de fundo no plano complementar de reformas. Assim, em meados deste mês vamos encetar negociações, tendo em vista estas três questões: adaptação ao Código, dúvidas levantadas pela CIT e o novo plano complementar de reformas.

► quer concorrencial. Ao nível das relações de trabalho, o que devemos fazer enquanto sindicatos é uniformizar o mais possível o setor, para que a esse nível não haja concorrência desleal, com bancos a beneficiarem nos resultados do facto de os seus trabalhadores não estarem abrangidos pela convenção coletiva.

Reivindicados aumentos para 2013

P - Até este momento não houve qualquer acordo sobre aumentos salariais para 2012. Iniciado 2013, a Febase vai continuar a insistir ou vai solicitar a conciliação?

R - O processo está a decorrer, não ponderámos ainda a possibilidade de recorrer à conciliação porque a convenção está a ser negociada no seu todo. Mas na última sessão negocial apresentámos formalmente a proposta de 2012 para 2013, ou seja, a proposta mantém-se para 2013.

P - A Febase assume que não houve aumento salarial em 2012 e apresentou a mesma proposta para 2013 ou a reivindicação diz respeito aos dois anos?

R - A proposta foi apresentada para 2012, a negociação está a decorrer des-

“Na última sessão negocial apresentámos formalmente a proposta de 2012 para 2013, ou seja, a proposta mantém-se para 2013”

BIC/BPN: despedimento coletivo **poderá ser contestado**

P - O BIC anunciou o despedimento coletivo de 99 trabalhadores do BPN e os trabalhadores da Parvalorem continuam com o futuro indefinido. Como está a Febase a lidar com essas situações?

R - No caso do BPN era uma situação expectável, pois após o anúncio da privatização foi dito que o número de trabalhadores seria significativamente reduzido, o que faz parte do acordo-quadro negociado entre o Governo e o BIC. O banco comprometeu-se a ficar com 750 trabalhadores – o que sempre dissemos ser pouco para a dimensão do banco e, como se verificou. Estamos a analisar a situação, na medida em que o BIC, na nossa perspetiva, não conduziu o processo da melhor maneira: previamente à decisão transferiu trabalhadores para balcões que agora encerrou, despedindo essas pessoas. Isso pode pressupor a intenção prévia de despedir determinados trabalhadores e não uma mera gestão objetiva de encerramento e abertura de balcões.

P - Foram despedimentos selecionados?

R - É essa a nossa desconfiança. Estamos a analisar o processo, não dispomos ainda de todos os elementos necessários. Mas se foi esse o caso, pode configurar uma ilegalidade.

P - O que vai fazer a Febase?

R - Os nossos juristas estão a trabalhar afincadamente nessa questão para podermos contestar o despedimento coletivo em tribunal se os trabalhadores envolvidos o pretenderem.

P - O BIC tem um AE próprio. Está em negociação a revisão da tabela salarial?

R - Neste momento toda essa matéria está pendente do que possa acontecer nas negociações do ACT. Depois iremos junto do BIC apresentar as nossas reivindicações.



de essa altura e a todo o momento pode ou não chegar-se a um entendimento.

P - O que não parece provável...

R - Mas temos de insistir. Como decorre da lei, essa é uma das matérias passível de retroatividade e ainda não demos o processo de 2012 por encerrado. As negociações estão a decorrer e já colocámos de novo o tema em cima da mesa. Há sinais de melhoria dos bancos, em 2012 houve alguns que, ainda que de forma arbitrária, compensaram alguns dos seus trabalhadores, e em 2013 há já um banco que anunciou aumentos salariais, embora em percentagens bastante insignificantes. Isso pode significar que estão a ser criadas condições para negociarmos um aumento salarial global para todo o setor, quando até há alguns meses não admitiam sequer abordar temas que trouxessem um acréscimo de encargos.

P - O facto de alguns bancos anunciarem unilateralmente aumentos salariais não é uma forma de pôr de parte a negociação com os sindicatos?

R - Diria que é. Se estivéssemos a viver um tempo em que tudo corresse normalmente, os bancos anteciparem-se nos aumentos salariais não tinha qualquer implicação e nós nunca ousaríamos pô-lo em causa, como não podemos agora. No entanto, parece-nos que em vez de fazê-lo unilateralmente deviam tentar chegar a um consenso com a Febase para um aumento transversal a todo o setor bancário.

Preservar áreas essenciais do ACT

P - Neste processo de revisão do ACT de que é que a Febase não prescinde?

R - Não podemos abandonar definitivamente aquela que é a espinha dorsal do ACT do setor bancário. Há um conjunto de matérias que, mesmo tendo cons-

ciência de que poderão ter que ser reanalisadas ou reequacionadas, devem continuar a fazer parte integrante do ACT. É o caso das carreiras profissionais, ainda que possam ser definidas em moldes diferentes dos que existem hoje.

P - Há muito que a Febase considera as categorias profissionais desfasadas da realidade...

R - Completamente. Daí que tenhamos solicitado às IC um conjunto de elementos sobre as categorias existentes em cada banco, de forma a apresentarmos uma proposta abrangente a todo o setor. Não responderam em tempo útil, por isso a nossa proposta é idêntica ao ACT em vigor. Mas esperamos que ao longo das negociações seja possível criar um anexo com as categorias, nomeadamente as que são transversais, porque não aceitaremos ficar com um ACT completamente esvaziado nessa matéria, fundamental para o futuro dos trabalhadores. ►

"Executivo portou-se mal com os trabalhadores da Parvalorem"

P - Qual é a situação dos trabalhadores da Parvalorem, que a Febase negocia diretamente com o Governo?

R - Foram feitas muitas promessas pela secretária de Estado do Tesouro que acabaram por não ser cumpridas. E isso criou, obviamente, um mal-estar entre a Febase e a governante e, por arrastamento, a Parvalorem. No entanto, reunimo-nos com a administração da empresa para obtermos esclarecimentos sobre o que se propõe fazer.

P - Qual é o objetivo da administração?

R - Como forma de salvaguardar os direitos dos trabalhadores, em finais de novembro entregámos uma proposta de Acordo de Empresa (AE) à Parvalorem, dado que todos os trabalhadores estão ainda abrangidos pelo ACT do setor bancário. A administração, nos termos da lei, pediu uma prorrogação de prazo e, mais tarde, uma nova prorrogação, que também concedemos. A sua proposta chegou no final de janeiro e estamos a analisá-la para dar início às negociações. A Parvalorem tem cerca de 390 trabalhadores e a administração diz não precisar de todos no futuro, pelo que gostaria de fazer rescisões de contrato. No entanto tem pelo menos duas dificuldades a ultrapassar: a falta de disponibilidade financeira do Estado para indemnizar devidamente os trabalhadores, bem como para o pagamento do subsídio de desemprego, e o direito consignado no ACT relativamente ao crédito à habitação. Obviamente nenhum trabalhador aceita rescindir o contrato se essa matéria não ficar salvaguardada.

P - O Governo portou-se mal neste processo?

R - Sim, na nossa perspetiva o Governo portou-se mal, na medida em que no acordo-quadro negociado com o BIC não salvaguardou os interesses dos trabalhadores do BPN e empurrou-os para a Parvalorem, num processo de duvidosa legalidade. Antes da venda agrupou na denominada direção de meios os trabalhadores que ultrapassavam o número com que se tinham comprometido. Esta unidade de meios foi "trespassada" à Parvalorem, que na altura era detida a 100% pelo BPN e não era uma instituição bancária, deixando os trabalhadores sem exercerem funções, situação em que continuam.

► P - Que outras áreas devem manter-se no ACT?

R - As questões que se prendem com as reformas dos trabalhadores são matéria de que não prescindimos, nomeadamente a atualização das pensões da reforma pela mesma percentagem do salário dos trabalhadores no ativo, bem como a manutenção dos 14 meses por ano.

Por outro lado, o SAMS. É talvez uma das poucas propostas em que estamos de acordo com o grupo negociador. Hoje as contribuições correspondem a uma percentagem sobre a retribuição e pretende-se, no futuro, que as IC paguem um valor único por trabalhador. Isso torna o sistema mais justo, porquanto a forma de tratamento da doença não deve depender do escalão remuneratório. Já a contribuição dos trabalhadores terá de ser sempre feita através da percentagem de 1,5% sobre a sua retribuição efetiva, como atualmente. Consideramos também fundamental a manutenção do exercício da atividade sindical com elementos a tempo inteiro nas várias IC, nas secções sin-



dicais, de empresa e regionais, como elo de ligação entre trabalhadores, sindicatos e entidades patronais.

Tentar acordo até final do ano

P - Todas estas áreas, excetuando o SAMS, estão na área das divergências profundas?

R - Sim, estão todas, ainda que no caso do SAMS a divergência não seja sobre o princípio do *per capita* mas quanto ao seu valor, matéria a discutir nas sessões finais de negociação, quando se apurará o valor exato dos encargos que cada instituição está a ter hoje com o SAMS.

P - Para quando se prevê o fim desta negociação?

R - É difícil fazer uma previsão, na medida em que há ainda muita matéria difícil em discussão. De qualquer forma, estamos a trabalhar para até ao final do ano conseguirmos chegar a um acordo.

P - É possível que se ultrapasse os cinco anos previsto na lei...

R - Não, não. Ainda temos três anos pela frente. A verdade – já assumida pela Febase e pelas IC – é que não há qualquer interesse em criar um vazio contratual no setor bancário. Portanto, sindicatos e entidades patronais têm de fazer um grande esforço de entendimento, sob pena de efetivamente cairmos nesse vazio. ■

Governo pretende acabar com o SAMS no IFAP

P - A Febase está a discutir com o Governo um projeto de decreto-lei muito penalizador para os trabalhadores do IFAP. Quais as críticas da Febase?

R - Não está a discutir nada, apenas foi ouvida pelo Governo sobre o projeto. As nossas críticas são várias, desde logo porque as nossas sugestões, feitas em julho, não foram devidamente ponderadas na elaboração do decreto-lei. Fomos confrontados com um documento final, e apesar da nossa posição de crítica e de sugestões sobre várias matérias, o Governo não atendeu às reivindicações dos sindicatos, pelo que há uma grande divergência entre a Febase e o Governo.

Numa reunião recente com os secretários de Estado da Administração Pública e da Agricultura deixámos mais uma vez muito claras as nossas divergências, que se prendem essencialmente com a perda de direitos dos trabalhadores.

P - Que direitos estão em causa?

R - Os trabalhadores tinham direitos que perderam com a transferência para o setor do Estado. É o caso, nomeadamente, dos subsídios e contribuições para a Segurança Social, ou seja, o encargo decorrente da mudança do regime da ex-CAFEB para o regime geral da Segurança Social e a transferência do Fundo de Pensões para a Caixa Geral de Aposentações, com um conjunto de implicações no futuro, nomeadamente no valor das pensões de reforma.

Mas a maior divergência prende-se com o SAMS. O Governo insiste em só manter o SAMS até à reforma dos trabalhadores e só até 31 de dezembro de 2017 para os atuais reformados. Por outro lado, o Executivo apresentou uma revogação da convenção de forma unilateral, que pretende fazer através de um decreto-lei, o que viola claramente a Constituição, como comunicámos aos secretários de Estado.

O decreto-lei preocupa-nos imenso, pois viola claramente os direitos dos trabalhadores, pelo que equacionamos levar o caso até ao Tribunal Constitucional.

Reformas antecipadas em discussão no Crédito Agrícola

P - O Crédito Agrícola parece estar a ultrapassar a crise do setor com alguma tranquilidade. Isso facilita as negociações com a Febase em termos de resultados?

R - Estamos num processo de negociação do ACT do Crédito Agrícola há cerca de um ano. Trata-se da revisão de um conjunto de cláusulas, mas uma delas é particularmente delicada, pois permite reformas antecipadas, sendo as IC a suportarem a penalização da Segurança Social. Uma vez que há um número considerável de trabalhadores nessas condições, a prazo será completamente inaceitável, pelo que nos apresentaram uma proposta de alteração. Para a Febase essa alteração terá necessariamente de ser compensada com contrapartidas para os trabalhadores que minimizem ou anulem os efeitos do que nos propõem. Mas entretanto o Governo suspendeu as reformas antecipadas, pelo que a nossa negociação está um pouco em stand-by.

P - Há um acordo entre as partes em que o Crédito Agrícola aceita a revisão salarial aprovada em sede da APB. O processo também está suspenso?

R - Tradicionalmente, sempre a Fenacam aceitou de forma pacífica e natural que os aumentos aplicados nas instituições do Crédito Agrícola sejam exatamente os mesmos do setor bancário, portanto essa questão é um não-problema para nós, neste momento.

Conferências Febase 2013

Debater sem tabus temas controversos

Segurança Social, futuro do sindicalismo, trabalho precário e negociação coletiva são temas em debate nas conferências Febase, uma nova iniciativa da Federação a decorrer ao longo deste ano. O objetivo é dinamizar a discussão pública sobre assuntos pertinentes com perspetivas inovadoras e opiniões divergentes, mesmo controversas

TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA



A Federação lança em 2013 uma nova iniciativa: as Conferências Febase. Com este projeto pretende, sobretudo, o debate de temas atuais, pertinentes para o setor financeiro (banca e seguros) e para o País, com o objetivo principal de informar os trabalhadores e, simultaneamente, projetar a importância da Federação e dos seus sindicatos neste tipo de iniciativas.

Através da discussão de temáticas transversais aos seus sindicatos, bem como da abordagem de assuntos de índole social, a Febase quer dinamizar o debate público destas questões, permitindo aos trabalhadores e cidadãos portugueses o acesso à informação e a perspetivas inovadoras e enriquecedoras.

Com o propósito de ver debatidos e discutidos diversos assuntos com pertinência na sociedade no momento atual, a Febase propõe-se abordar nas conferências temas como o futuro da Segurança Social, os novos rumos para o sindicalismo, o trabalho precário e os caminhos da negociação coletiva. Sem quaisquer tabus. Acima de tudo, pretende um debate enriquecedor, inovador e que traga novas perspetivas aos trabalhadores e aos sindicatos.

As Conferências Febase terão um âmbito nacional, com iniciativas em Lisboa, Porto e Coimbra.

A primeira ocorrerá já no dia 5 de março, em Coimbra, e tem como tema

o futuro da Segurança Social (ver caixa).

A segunda realizar-se-á também em março, em Lisboa, com o mesmo tema mas convidados distintos, que trarão uma perspetiva diferente a um assunto tão polémico e pertinente.

Em maio será debatido o sindicalismo e os rumos que deverá tomar. Procurar-se-á trazer uma lufada de ar fresco a esta questão, com opiniões divergentes e mesmo controversas em relação ao sindicalismo atual. Até junho a Febase levará este tema a Coimbra e ao Porto.

Setembro será dedicado ao trabalho precário, esperando a Federação contribuir para o enriquecimento do combate a esta realidade com soluções e estratégias e, acima de tudo, para a sua prevenção através da compreensão do problema visto e sentido de diferentes perspetivas.

O ano terminará com o debate sobre negociação coletiva e caminhos possíveis. Pretende-se um debate rico quer para os próprios sindicatos quer para os trabalhadores.

Suscitar o debate, trazer um novo olhar e permitir abordagens inovadoras sobre os temas complexos e polémicos que a Febase traz para o debate público é a ambição deste projeto.

A Federação conta com a presença e participação de todos. Inscreva-se em conferencias@febase.pt ■



Discutir o futuro da Segurança Social

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

No âmbito do projeto Conferências da Febase 2013, realiza-se a primeira conferência em Coimbra, subordinada ao tema "Segurança Social Pública – A Defesa do Estado Social e a sua Sustentabilidade Futura", no dia 5 de março, às 17h00, no Hotel Dona Inês. O SBC é o responsável pela logística.

Serão conferencistas Pedro Marques, deputado e ex-secretário de Estado da Segurança Social; José Reis, diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; e Manuel Castelo Branco, presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. O moderador será Carlos Silva, presidente do Sindicato dos Bancários do Centro e vice-presidente da Febase.

Grupo CGD é exemplo da situação no setor empresarial do Estado

Trabalhadores **ganham menos hoje** do que em 2005

Os sucessivos cortes impostos aos trabalhadores do setor empresarial do Estado – onde se inclui, entre outras instituições, o Grupo Caixa – têm delapidado as remunerações dos trabalhadores, cujos valores recuaram quase uma década

TEXTOS: **ELSA ANDRADE**

Um trabalhador médio da CGD, do nível 9, em 2005 teve um rendimento anual bruto de 26.089 euros; em 2012, e apesar de entretanto ter sido promovido ao nível seguinte, recebeu 24.836 euros anuais. É preciso recuar a 2004 para encontrar um valor bruto mensal inferior ao do ano passado: 21.748 euros.

A situação na Fidelidade/Caixa Seguros é um pouco diferente. Em 2004, um trabalhador do nível 9 teve um rendimento bruto anual de 17.313 euros; oito anos depois, com mais um nível, nova categoria profissional e o recebimento do segundo prémio de antiguidade contabilizou um total de 20.181 euros anuais.

Ao longo dos últimos dois anos, a diminuição das remunerações dos trabalhadores do Grupo Caixa ascendeu a cerca de 25%, apesar de o Grupo estar



abrangido pela contratação coletiva, que livremente celebrou com os sindicatos dos bancários e dos seguros.

Em causa estão os sucessivos cortes implementados pelas administrações, em consonância com a imposição das normas dos Orçamentos do Estado de 2011 e 2012. Embora estando na esfera do Estado, o Grupo tem beneficiado de um regime de adaptabilidade que lhe tem permitido adaptar os cortes salariais decretados pelos governos à realidade das empresas. Isso tem-se traduzido na redução, primeiro, e suspensão em 2012, dos subsídios de férias e de Natal, ao invés do corte salarial entre 3,5% e 10% nos salários superiores a 1.500 euros aplicado na função pública. Em termos de receitas para o Estado, o

resultado tem sido até mais elevado, pois a massa salarial retirada aos trabalhadores tem sido superior ao exigido em sede de Orçamento.

Reduções sucessivas

O caso da CGD é paradigmático. Com o eclodir da crise, o Governo de então argumentou que sendo a Caixa um banco público, os seus trabalhadores estavam equiparados aos funcionários públicos, e desde então somam-se as medidas de aproximação, ao arrepio das convenções coletivas celebradas entre as partes – administrações e sindicatos. Ironicamente, em 2009 os trabalhadores da CGD tiveram um aumento salarial de 1,5%, igual à restante banca, enquanto a função pública foi aumentada em 2,9%. Já os trabalhadores dos seguros, desde 2009 que não têm atualização salarial.

As reduções no Grupo começaram em 2010. Nesse ano, os trabalhadores no ativo foram confrontados com uma significativa redução na participação nos resultados – redução essa que no ano seguinte foi total.

Mas não só. Em 2011 não houve atualização das tabelas salariais; foi congelado o subsídio de refeição; o trabalho suplementar e o trabalho noturno foram reduzidos para valores iguais aos da função pública; foram suspensas as promoções por mérito e reduzidos em 20% os valores dos subsídios de férias e de Natal.

Em 2012 o Estado impôs o corte do 14.º mês e do subsídio de Natal, na totalidade das remunerações superiores a 1.100 euros.

Vencimentos anuais brutos

| CGD | | | Fidelidade/Caixa Seguros | |
|------|------------------------------|----------------------|--|----------------------|
| Ano | Categoria profissional/nível | Rendimento anual (€) | Categoria profissional/nível | Rendimento anual (€) |
| 2004 | Administrativo/8 | 21.748.65 | Escriturário-gestor seguros/9 | 17.313.73 |
| 2005 | Administrativo/9 | 26.089.56* | Escriturário-gestor seguros/9 | 16.398.54 |
| 2006 | Administrativo/9 | 25.443.29 | Escriturário-assistente seguros/9 | 11.531.74 |
| 2007 | Administrativo/9 | 26.618.71 | Escriturário-assistente seguros/9 | 14.825.55 |
| 2008 | Administrativo/9 | 28.173.51 | Escriturário-assistente seguros/9 | 18.387.51 |
| 2009 | Administrativo/9 | 28.460.82 | Escriturário-assistente seguros/10 | 18.889.62 |
| 2010 | Administrativo/9 | 27.608.42 | Escriturário-assistente seguros/10 | 17.210.36 |
| 2011 | Administrativo/9 | 29.800.06** | Escriturário-assistente seguros/10 | 19.577.31*** |
| 2012 | Administrativo /10 | 24.836.56 | Especialista operacional-assistente seguros/10 (banda E) | 20.181.37**** |

*Prêmio antiguidade (um salário), **Prêmio antiguidade (dois salários), ***Prêmio antiguidade (10% vencimento base), ****Prêmio antiguidade (11% vencimento base)

Também aos trabalhadores na situação de reforma foram retirados os dois subsídios.

Novos cortes

Este ano, a CGD voltou a solicitar ao Governo a aplicação do regime de adaptabilidade e, face à ausência de resposta em tempo útil, processou os salários de janeiro sem os cortes percentuais impostos no Orçamento do Estado para 2013 (OE2013), à semelhança dos anos anteriores.

No entanto, e em resposta a uma notícia do jornal "Público", o Ministério das Finanças em nota às Redações esclareceu que "as regras constantes da Lei do Orçamento do Estado para 2013 em matéria de reduções remu-

Salário mensal

| CGD | | Fidelidade/Caixa Seguros |
|--------|---|--------------------------|
| Ano | Rendimento mensal bruto de janeiro (€)* | |
| 2004 | 2.643,00 | 2.070,00 |
| 2005 | 4.374,00 | 2.123,80 |
| 2006 | 3.334,20 | 2.180,70 |
| 2007 | 3.451,50 | 2.243,90 |
| 2008 | 3.565,20 | 2.497,20 |
| 2009 | 3.683,10 | 2.561,46 |
| 2010 | 3.755,10 | 2.812,82 |
| 2011** | 3.456,54 | 2.326,09 |
| 2012** | 2.171,50 | 1.619,76 |
| 2013 | 2.334,24*** | 1.805,89**** |

*Com subsídio de férias, **Sem subsídios de férias e de Natal, ***Sem subsídio de férias, mas com duodécimo do subsídio de Natal, ****Com duodécimos dos subsídios de férias e de Natal



neratórias são aplicáveis, sem exceções, a todas as empresas públicas, incluindo, portanto, a Caixa Geral de Depósitos e a TAP".

O Ministério adianta ainda que não existe a possibilidade de "medidas alternativas" ao corte de salários.

Os trabalhadores do Grupo confrontam-se assim com a eventualidade de mais um corte nos seus rendimentos.

A Febase já solicitou uma reunião à administração para debater a situação, tão penalizadora para os trabalhadores. ■

Mais um processo?

A Febase não aceita novos cortes nas remunerações dos trabalhadores do Grupo Caixa e das restantes instituições do setor financeiro que estão na esfera do Estado. Paulo Alexandre, coordenador do Pelouro da Contratação, admite que a Federação recorra aos tribunais.

P - O Governo assumiu que este ano não há regimes de exceção. Qual a posição da Febase?

R - A Febase discorda desta posição do Governo, bem como da disposição do OE, e equaciona a possibilidade de vir a interpor novas ações nos tribunais, exigindo o cumprimento das convenções. Em reforço desta posição está o facto de o Grupo CGD ter feito cortes ao nível dos custos com o pessoal para não mexer diretamente nos vencimentos, pelo que, a verificar-se agora, esses valores devem ser repostos aos trabalhadores.

P - A Febase tem tido algum sucesso nos processos interpostos em tribunal?

P - Até agora não há ainda nenhuma decisão definitiva dos tribunais. No caso do Grupo Caixa, a instituição diz não ter poderes nem condições para alterar as normas, portanto terão que ser os tribunais, mais uma vez, a pronunciarem-se sobre essa questão. Relativamente a 2013, como toda esta matéria está em apreciação no Tribunal Constitucional, essa é a nossa última esperança.

Repor a legalidade

Na defesa dos direitos dos seus associados, os Sindicatos da Febase não têm poupado esforços para que sejam repostas as verbas retiradas por força da aplicação da lei dos Orçamentos do Estado.

Ou seja, têm exigido a devolução dos montantes retirados de salários, pensões de reforma e sobrevivência e subsídios de férias e Natal dos trabalhadores no ativo da CGD, Fidelidade e empresas do grupo, IFAP, DRAP, Parvalorem, IHRU, ISP e Real Vida, além dos reformados do Banco de Portugal, ex-BNU, e Santander Totta.

As inúmeras diligências efetuadas ao longo dos últimos anos junto das administrações e do poder político revelaram-se infrutíferas, na medida em que o Parlamento aprovou os Orçamentos do Estado contemplando as medidas que ditaram cortes salariais e suspensão dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores, reformados e pensionistas das empresas da esfera do Estado.

Um ano de "Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego"

O Acordo que pode deixar de o ser

Foi assinado com o objetivo de dar eficácia às medidas laborais e ser um suporte de crescimento económico e competitividade das empresas. Doze meses e vários cortes depois, são muitas as críticas apontadas pelos parceiros sociais ao Acordo Tripartido, mas o Governo parece querer recuar – única forma de a corda, já roída, não partir

Textos: PEDRO GABRIEL



A 18 de janeiro de 2012, o Acordo Tripartido foi assinado entre o Governo, a UGT e as quatro confederações patronais, numa maratona negocial de 15 horas concluída na madrugada do dia anterior. O "Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego" – nome oficial – surgiu seis meses depois da assinatura do Memorando de Entendimento com a troika, com o objetivo de fomentar o crescimento económico e o emprego, bem como a competitividade das empresas. Num contexto de grave crise económica e de aumento do desempre-

go, a UGT assinou o Acordo Tripartido para travar algumas medidas bastante lesivas dos direitos dos trabalhadores constantes no Memorando.

Nas medidas concretizadas em 2012 – documento que o Ministério da Economia e do Emprego fez chegar aos parceiros sociais no início deste ano –, a redução do valor do trabalho extraordinário, a retirada de quatro feriados, a maior facilidade nos despedimentos por inadaptação e por extinção de posto de trabalho e a eliminação da majoração entre um e três dias de férias, acrescidos aos 22 dias úteis, contaram-se como

O Acordo Tripartido assinado há um ano está agora ameaçado

as medidas mais polémicas concretizadas. De destacar ainda a alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, com diminuição do tempo de atribuição do subsídio e do montante máximo desta prestação social.

Um ano depois da assinatura do Acordo, patrões e sindicatos são unânimes nas críticas ao Governo, referindo que o Executivo de Passos Coelho falhou claramente nas medidas de crescimento e competitividade, enquanto foi extremamente rápido na execução das medidas laborais.

Na reunião de concertação social ocorrida o mês passado, Governo e parceiros sociais mostraram disponibilidade para chegar a um entendimento mas, neste momento, a incerteza paira sobre o futuro do Acordo, embora as indicações sejam positivas. A criação do fundo de compensação reúne consenso, embora a proposta relativa aos dias de indemnização em caso de despedimento continue a dividir as partes. A corda esticou ao limite mas ainda não quebrou. Por enquanto...

Atraso nas portarias de extensão

Um dos temas que mais tem afastado Governo e parceiros sociais prende-se com a negociação coletiva. No balanço que fez do ano que passou, João Proença afirmou que a UGT sempre se bateu pelo aumento do salário mínimo e pelas melhores soluções que agradessem a empresas e trabalhadores.

O Ministério da Economia é o principal visado por falhar os prazos de fixação das portarias de extensão. "Os avisos de portaria de extensão deviam ser publicados até 15 de novembro. Depois de muitas insistências dos parceiros sociais, e particularmente da UGT, foram publicadas em 15 de janeiro. É um atraso de dois meses inaceitável e não conseguimos compreender o que é que pode estar na origem dessa incompetência do Ministério da Economia e desse desrespeito por uma resolução do Conselho de Ministros", criticou João Proença.

Reunião seguiu UGT

Um ano depois da assinatura do Acordo, Governo e parceiros sociais voltaram a sentar-se à mesa das negociações para fazer o balanço deste período e debater medidas adicionais. Todas as partes envolvidas sabiam da importância da reunião: o futuro do Acordo estava em causa.

A UGT impôs três condições essenciais para segurar o Acordo: o recuo do Governo na proposta de 12 dias de indemnização por despedimento por cada ano de trabalho, a criação de um fundo que garanta ao trabalhador até 50% da compensação quando a empresa não garantir a totalidade, e a entrada em vigor, em simultâneo, destes diplomas. Se nos dois últimos pontos Governo e parceiros sociais parecem estar em sintonia, já o caso muda de figura na questão dos dias de indemnização por despedimento.

À revelia dos parceiros sociais, o Governo apresentou a 2 de janeiro uma proposta de lei reduzindo para 12 dias de retribuição-base e diuturnidades por cada ano de antiguidade, proposta imediatamente condenada e rejeitada pela UGT. "Estamos num momento de tudo ou nada. O Governo apresentou uma proposta de lei sobre as compensações que viola gravemente o contributo do Acordo, 12 dias não é a média da União Europeia", afirmou João Proença.

Uns dias antes, o secretário-geral admitia, à saída de uma reunião com Pedro Passos Coelho, a introdução de escalões para indemnizações por despedimento desde que fossem superiores a 12 dias por cada ano de trabalho. E a UGT tem um aliado de peso nesta matéria: segundo

Elísio Estanque

Consciência social vai aumentar

A propósito do momento de tensão por que passa a concertação social, Elísio Estanque, sociólogo, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES), escreveu em exclusivo para a revista "FEBASE" um artigo intitulado "Crise, ameaças e desafios do sindicalismo", que será publicado em próxima edição.

Eis um pequeno excerto:

A perspetiva neoliberal "tende a olhar a sociedade como se estivesse dividida entre dois tipos de gente: uns que são criativos, diligentes, disciplinados e, portanto, 'produtivos'; outros que são por natureza indolentes, incapazes, apáticos, ou que se escudam num coletivismo defensivo e ressentido contra os empreendedores bem-sucedidos".

"Nestas condições – onde as componentes objetivas das condições de vida concretas, e a subjetiva, que remete para as expectativas e subjetividades – há motivos de sobra para que se possa esperar um recrudescimento da conflitualidade social e sindical nos próximos tempos. Parece evidente que o próprio Governo, escudado no memorando da troika, trabalha objetivamente para isso (como de resto já aconteceu em diversos momentos no ano transato), tal é a sua inoperância e o modo confuso e arrogante como tem vindo a tomar e a anunciar medidas atentatórias dos direitos mais elementares e da dignidade dos trabalhadores e das classes médias. É por isso provável que mesmo os segmentos sociais tradicionalmente mais desligados do ativismo e do sindicalismo comecem a despertar para uma maior consciência social." ■

João Proença, Cavaco Silva apoiou a posição da central sindical.

Fundos de compensação

Foi na reunião em sede de concertação social que se começou a vislumbrar algum fumo branco. Através do ministro da Economia ficou a saber-se que o Governo pretende criar dois fundos de compensação, a serem geridos pela Segurança Social – o fundo de compensação do trabalho (FGCT), destinado a pagar metade das compensações, e o fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT), de cariz mutualista, cujo objetivo será pagar as compensações que o FGCT não conseguir assegurar devido a insolvências ou dificuldades financeiras das empresas. Álvaro Santos Pereira garantiu igualmente a entrada em vigor, em simultâneo, dos dois diplomas. Os dias de indemnização são, portanto, o principal ponto de discórdia.

Com a ameaça de um acordo rasgado a pairar no ar, Governo e parceiros sociais têm efetuado reuniões bilaterais no sentido de chegarem a consenso. A solução pode passar pela introdução de escalões progressivos para atingir um novo valor médio, que poderá rondar um intervalo entre 14 e 16 dias. Seria utilizada uma

escala regressiva em que nos primeiros anos o número de dias de cálculo seria mais elevado e, a partir de determinado patamar, a redução no número seria mais rápida.

Luís Marques Mendes havia revelado, no seu espaço de opinião semanal na TVI24, que o acordo entre Governo e parceiros sociais estava feito, faltando apenas formalizá-lo. O social-democrata afirmou que o objetivo da redução para 12 dias mantinha-se, mas a aplicação seria feita de forma gradual, "em muito mais de cinco anos". A UGT, em comunicado, desmentiu categoricamente as declarações de Marques Mendes, considerando que "a proposta referida significaria legislar no sentido de, após o período transitório, as indemnizações ficarem abaixo da média europeia", o que a central sindical considera que "violaria completamente o compromisso tripartido que refere que as indemnizações devem ser fixadas de acordo com a média europeia".

Vive-se, portanto, um clima de alguma incerteza relativamente a esta matéria, bem como ao futuro do próprio Acordo Tripartido. Para já, só uma certeza: rasgar o acordo não interessa a nenhuma das partes. Governo e parceiros sociais têm a palavra. ■

João Proença

Governo violou pressupostos do Compromisso

No dia em que se completou um ano sobre a assinatura do Acordo, o secretário-geral da UGT fez um balanço positivo destes doze meses de concertação social em termos de impacto no País e nas condições de vida e de trabalho. João Proença lembrou que o acordo permitiu o recuo de algumas medidas lesivas para os trabalhadores e, além disso, "criou um clima de diálogo social que tem sido importante para o País e importante para defender os trabalhadores".

No entanto, o líder da central sindical deixou igualmente muitas críticas, revelando que a atuação do Governo violou os pressupostos do Acordo em três pontos: o valor da compensação em caso de despedimento, a criação de um fundo que garanta aos trabalhadores 50% da compensação quando a empresa não pagar a totalidade que lhes é devida e a entrada em vigor, em simultâneo, destes dois diplomas.

João Proença não esqueceu também o "brutal agravamento da carga fiscal" neste primeiro ano de concertação social e criticou a falta de discussão pública na questão do corte de quatro mil milhões de euros. ■

Santander Totta

Tentativa de usurpação de complementos de pensões

Com a ação interposta para interpretação da cláusula das convenções coletivas sobre o valor das mensalidades correspondentes ao subsídio de Natal e 14.º mês dos reformados, o Santander Totta visa claramente a usurpação do direito dos trabalhadores às pensões ou complementos de pensão

Texto: GOUVEIA COELHO*

O Banco Santander Totta intentou uma ação no Tribunal do Trabalho de Lisboa pedindo que a cláusula 136/1 dos "acordos coletivos vigentes no setor bancário" "seja interpretada no sentido de não se mostrar devida aos pensionistas (...) integrados no regime geral da Segurança Social, o valor das mensalidades previstas nos mesmos acordos coletivos correspondentes ao subsídio de Natal e ao 14.º mês, mas apenas a diferença, se diferença houver, entre o valor daquelas mensalidades e o das correspondentes pensões do regime geral da Segurança Social, cujo pagamento se encontra suspenso ou o montante reduzido por efeito do artigo 25.º, respetivamente números 1 e 2, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012".

A Febase e os Sindicatos que a integram deduziram oposição frontal.

A iniciativa do Banco Santander Totta é estranha, inesperada e intrigante.

Antes de mais, a ação poderá interpretar-se como um "puxão de orelhas", uma certa censura ou desautorização inusitadas, pelo banco, ao seu mandatário e/ou representantes, que, repetidamente, têm participado nas negociações, no acordo final e na outorga das sucessivas alterações do ACT.

Com aquela ação judicial, o Santander Totta viola claramente o princípio da boa-fé na negociação, a que alude o art. 489 do CT/2009 (princípio que provinha do art. 547 e 687 do CT/2003 e das correspondentes normas dos diplomas antecedentes - cf. art. 22 do DL 519-C1/79, de 29.12). E "esqueceu-se" também



O Santander desrespeitou a boa-fé e os valores da confiança e respeito mútuo entre negociadores do ACT

de que se obrigou expressamente "a velar pela execução" do ACT (vd. cl.ª 157).

Se a dúvida interpretativa alegada tivesse real consistência na mente do Santander Totta, bem podia este ao menos não se ter "esquecido" também de que, em sede do próprio ACT, negociou, acordou e outorgou um mecanismo próprio mais adequado, mais célere, mais económico e, sobretudo, bem mais consentâneo com o aludido princípio da boa-fé que o obriga quer nas negociações, quer na aplicação do ACT.

De facto, consta do ACT a previsão duma Comissão Paritária com competência para interpretar as disposições do ACT e integrar as suas lacunas (vd. Cl.ª 166-1).

Com tal cláusula, o Santander Totta obrigou-se a recorrer, antes de mais, a esse meio, o que também ilegítima o recurso àquela ação judicial.

O Banco desrespeitou, de forma imprevista e pouco escrupulosa, a boa-fé e os valores essenciais da confiança e do respeito mútuo criados e praticados, ao longo de décadas, entre os negociadores das alterações do ACT, os quais são dotados de alta experiência acumulada, de competência e de idoneidade insuspeitas.

O Banco corre o risco de dar a impressão de se comportar como um oportunista ávido de tirar partido dos ventos favoráveis ou da onda "tsunâmica" que ameaçam destruir os fundamentos essenciais do Direito do Trabalho e cercar cada vez mais direitos aos trabalhadores, cada dia espoliados pelas medidas drásticas e impiedosas, a coberto do clima criado por poderes fáticos aparentemente à rédea solta, que impõem diretrizes e ditam comportamentos a que os políticos e poderes democráticos parecem subjugam-se, impotentes.

O Banco Santander Totta optou por lançar a sua rede nesse ambiente conturbado e iníquo para os direitos dos trabalhadores, porventura na expectativa de que também o poder judicial possa não resistir, sucumbindo ao referido clima avassalador, o que certamente não sucederá.

Na verdade, o Banco Santander Totta (e quem naquela ação judicial for seu cúmplice de forma expressa ou ficando em silêncio) visa claramente a usurpação do direito dos trabalhadores às pensões ou complementos de pensão em causa.

*Advogado do SBN



Concurso FOTO FEBASE 2013

A FEBASE lança aos seus sócios mais um desafio fotográfico em 2013, por isso, se é um apaixonado da fotografia, se dispõe de uma máquina fotográfica digital, vontade de mostrar o seu talento e de exibir o seu trabalho, se possui espírito de iniciativa e é aventureiro, aceite este desafio e desfrute da oportunidade de ganhar bons prémios.

Boas fotos! A EQUIPA FOTOFEBASE

Regulamento

Artigo 3.º Temas

1. O concurso abrange dois temas distintos por mês:
 - a. Tema Livre
 - b. Coisas e Gentes da Minha Terra

Artigo 4.º Calendarização

1. O concurso decorrerá durante o ano de 2013, iniciando-se em fevereiro e terminando em novembro. O mês de dezembro será destinado ao apuramento das duas (2) melhores fotografias a concurso, por tema.
2. Para o efeito, mensalmente, serão apuradas as seis melhores (6) fotografias por tema, salvo nos casos em que a qualidade, originalidade e criatividade a concurso, não permita tal apuramento.
3. As fotografias não apuradas mensalmente, ficarão na posse da FEBASE para divulgação final, não podendo estas ser submetidas novamente durante o concurso em vigor.

Artigo 5.º Admissão e Receção de Fotografias

1. Serão admitidas mensalmente, até ao máximo de duas (2) fotografias por concorrente e por tema.
2. As fotografias deverão ser enviadas até ao dia 20 de cada mês, sendo a seleção mensal feita com base nas fotografias rececionadas até esse limite.
3. Todas as fotografias que não forem enviadas dentro desse prazo, não serão contempladas na seleção do mês em questão.
4. A receção das fotografias será feita, através de e-mail para o seguinte endereço: fotofebase@febase.pt
5. Quando do envio da (s) fotografia (s), deverão ser fornecidos OBRIGATORIAMENTE os seguintes dados:

Nome e Apelido do Participante;
Sindicato ao qual pertence;
N.º de Sócio;
Telefone de Contacto;
Correio Eletrónico;
Tema da fotografia;
Título da fotografia;
Lugar e Data onde foi tirada.

6. As fotografias enviadas não deverão conter qualquer tipo de informação inscrita nas mesmas, como data, nome do participante, local onde foram tiradas, molduras ou qualquer outro tipo de efeito, sob pena de não serem admitidas.
7. As fotografias enviadas não deverão conter tratamento ou embelezamento digital excessivo, sob pena de não serem admitidas, porquanto passarão a ser arte digital.
8. As fotografias para concurso deverão ser digitais e enviadas em formato JPG.
9. O concurso ficará disponível online através de um bloque criado para o efeito.

Artigo 7.º Prémios

1. Prémios Finais:

- 1.º Prémio (por tema): material digital/fotográfico no valor de 700 euros;
- 2.º Prémio (por tema): material digital/fotográfico no valor de 400 euros;
- Prémio (para melhor fotografia do concurso): material digital/fotográfico no valor de 300 euros;

2. A todos os concorrentes será entregue um certificado de participação.
3. Pela qualidade e originalidade dos trabalhos apresentados poderão ainda ser atribuídas pelo Juri menções honrosas, caso tal se justifique.
4. Os prémios e os diplomas serão entregues em cerimónia, a realizar em data e local a designar.



A Equipa FOTO FEBASE

FEBASE

SBC

SBN

SSI

SISEP

STAS

Primeira caminhada Febase do ano

Nem a chuva venceu o entusiasmo

O frio e a chuva marcaram a manhã de sábado, dia 3, mas não afastaram as mais de 60 pessoas que participaram na primeira caminhada Febase de 2013.

Ainda não estavam concluídos os 14 quilómetros da Rota da Biodiversidade e já se perguntava quando seria a próxima

Às 8h30 eram já muitos os que se aglomeravam em frente ao Palácio de Belém para dar início à primeira caminhada Febase do ano: 63 pessoas desafiaram o frio e a chuva e tiveram uma manhã de sábado diferente, mais saudável, e onde o convívio foi constante.

Antes da partida e quando começaram a cair os primeiros pingos de chuva, Carlos Marques, presidente do STAS, deu as boas-vindas a todos, passando a palavra a Cláudia Gil, que explicou em que consistia a Rota da Biodiversidade.

Pouco passava das 9h00 quando os participantes, munidos de chapéu-de-chuva, máquina fotográfica e um saco oferecido pela organização com água e fruta, saíram do Jardim Vasco da Gama, o ponto inicial do percurso.

Depois da estação fluvial de Belém, os participantes tiveram oportunidade de caminhar junto ao rio, ao longo da linha de comboio, apadrinhados pelos primeiros raios de sol. Chegou então a altura de "furar" pela cidade até à primeira paragem, a Capela do Alto de Santo Amaro. Tirada a habitual foto de

A opinião dos participantes

Muitas estreias e promessas de bisar

Na primeira caminhada do ano foram muitos os que aceitaram o repto da Febase. Fica uma certeza: é para continuar



Cátia Proença,
34 anos, STAS:

"Estou a gostar muito. Escolheram uma guia muito eloquente e o percurso é fantástico, Mon-

santo é mesmo o pulmão da cidade. Os pequenos pormenores históricos da cidade deram-nos uma visão diferente, o pormenor da 'maçazinha' e da água é fantástico. Este tipo de convívio e as caminhadas por Lisboa são muito bons,

vou mensalmente pôr na minha agenda como prioridade. Vou repetir!"



João Sores,
45 anos, SBSI:

"É a primeira vez que participo numa caminhada da Febase. Já vi o programa e achei bastante interessante, tem lá vários percursos que vou querer fazer. Gosto de caminhar e de conviver com as pessoas".



João Brito,
59 anos, SBSI:

"Já participei em várias caminhadas da Febase. Vivi muitos anos na parte oriental de Lisboa e a ocidental

não conhecia tão bem, estou maravilhado. Penso fazer as caminhadas do Aqueduto das Águas Livres, a da Serra da Arrábida e da subida ao Formosinho. O anúncio das que vamos ter ao longo do ano é importante, para definirmos o que queremos fazer".



António Fernandes,
46 anos, STAS:

"É a terceira vez que participo, é uma coisa excelente. Todos os dias faço cerca de sete quilómetros, mas as caminhadas organizadas pela Febase são excelentes pelo convívio, vou continuar a participar. Quero deixar bem explícito o conhecimento histórico que nos traz. Acho estas iniciativas louváveis. Parabéns à Febase!"

grupo e feito o primeiro descanso, breve para não cortar o ritmo, retomou-se a caminhada rumo ao Jardim Avelar Brotero e ao Geomonumento do Rio Seco. Este ponto despertou muita curiosidade nos caminhantes, deslumbrados pela existência de uma gruta embutida em plena cidade onde, outrora, existia o leito de um rio. Feita a explicação da história deste ponto, os participantes iniciaram a subida até à Universidade Técnica de Lisboa, fronteira entre a cidade edificada e o Parque Florestal de Monsanto.

A chegada a Monsanto foi feita por caminhos ladeados por pinheiros, ciprestes e azinheiras, entre outras árvores, onde o silêncio e o contacto com a Natureza são fatores predominantes. Na Alameda Keil do Amaral foi tempo para desfrutar da fantástica vista com o Tejo ao fundo, numa altura em que a chuva voltou a fazer-se sentir e os chapéus-de-chuva e impermeáveis entraram novamente em ação.

O ponto de interesse que se seguiu foi o fantástico Jardim dos Montes Claros, obra do arquiteto Keil do Amaral, cujo lago central é o verdadeiro ex-libris, só comparável à vista panorâmica da cidade que é possível observar daquele ponto.

Com as máquinas fotográficas recheadas de muitas e bonitas fotos, iniciou-se a descida até ao Palácio Nacional da Ajuda, onde Cláudia Gil forneceu mais alguns pormenores históricos sobre o monumento.

Já na etapa final do percurso e depois de mais uma paragem, desta feita na Capela de São Jerónimo, os caminhantes entraram pelo bairro do Restelo e

Carlos Marques satisfeito com forte adesão

O presidente do STAS foi um dos participantes na primeira caminhada deste ano da Febase e destacou a união que este tipo de iniciativas promove. "O facto de num sábado de manhã mais de 60 pessoas terem vindo caminhar é significativo da importância desta iniciativa. É uma maneira praticar hábitos desportivos e saudáveis, de forma barata, e também de congregar pessoas que trabalham nos setores dos seguros e bancário. No fundo, é uma forma de juntarmos pessoas, que é também uma faceta do sindicalismo."

Carlos Marques relembrou caminhadas passadas. "Já tivemos cerca de 70 pessoas a fazer a serra de Palmela num dia de temperaturas quase negativas. O sindicalismo não são só as questões reivindicativas - sempre fundamentais -, mas também tentar encontrar soluções para as pessoas confraternizarem, conviverem e melhorarem as suas condições de vida".



A tradicional "foto de família",
frente à Capela do Alto
de Santo Amaro

pela rua dos Jerónimos, regressando finalmente ao ponto de onde tinham saído horas antes. Era visível o sentimento de dever cumprido pelo caminho percorrido.

A todos os que quiserem participar nestas iniciativas, recorde-se que a pró-

xima caminhada Febase acontece dia 23, em Torres Vedras. Trata-se da Rota Castro Zambujal, um percurso circular de 13 quilómetros. Mais informação sobre esta caminhada está disponível no blogue das caminhadas Febase, em <http://caminhadasfebase2013.blogspot.pt/> ■



Inscrições abertas para a 1.ª montaria no Algarve

A Secção Regional de Faro vai levar a cabo a 1.ª Montaria SBSI ao javali e ao veado no Algarve, no dia 23 deste mês, em Alcoutim. As inscrições estão abertas a todos os sócios dos sindicatos da Febase, que podem fazer-se acompanhar por um limite máximo de dois convidados. O valor da inscrição é de 90€ por sócio e de 20€ por convidado, com direito a pequeno-almoço e almoço.

O ponto de encontro está marcado para as 7h30 junto ao cruzamento das bombas de gasolina de Alcoutim, de onde se seguirá para o pequeno-almoço e posteriormente para a montaria. No final os participantes reúnem-se para o almoço.

Os interessados deverão fazer a sua inscrição junto de José Manuel Martins (SBSI-Faro), através dos telefones 964 117 202 e 919 000 350.

Calendário 2013

Muitas provas em disputa em ano desportivo intenso

Centenas de associados do SBN praticam atividade desportiva nos campeonatos organizados pelo Sindicato. O calendário para este ano está definido para as diversas modalidades

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

King, snooker, bowling, futsal e pesca desportiva são modalidades com forte tradição no SBN e que este ano voltarão, certamente, a juntar centenas de associados na sua prática e nas respetivas competições.

King 6.º campeonato regional

O 6.º campeonato regional de king, aberto a todos os associados do SBN, realiza-se no salão de jogos do sindicato, Rua Cândido dos Reis, 74, 3.º.

A primeira fase terá lugar nos dias 9 e 23 de março, 13 de abril e 11 e 25 de maio, e as meias-finais em 15 de junho, disputando-se a final em 21 de setembro.

A 6.ª final nacional decorrerá nos dias 26 e 27 de outubro, em Miranda do Douro, com a presença de 16 jogadores (oito do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, cinco do Sindicato dos Bancários do Norte e três do Sindicato dos Bancários do Centro).

O custo da inscrição é de 5,00 euros por pessoa e deverá ser efetuada até ao próximo dia 25, nos serviços do SBN, onde poderão ser obtidas mais informações.

Aos inscritos será, posteriormente, distribuído o regulamento da prova.



Snooker 8.º torneio regional "Bola 8" Duplo KO

O 8.º torneio regional interbancário de snooker "Bola 8" vai ser levado a efeito nas instalações da Comissão Sindical de Reformados, Rua Cândido dos Reis, 100.

As jornadas da primeira fase disputar-se-ão às quintas-feiras, a partir das 21h00, estando previstas para os dias 28 de março e 11 e 23 de abril.

As datas das fases seguintes serão oportunamente anunciadas.

O custo da inscrição é de 5,00 euros por pessoa e deverá ser efetuada até ao próximo dia 20 de março, nos serviços do SBN, onde poderão ser obtidas mais informações.

O sorteio terá lugar no dia 25 de março, pelas 17h00, na sede do Sindicato, Rua Cândido dos Reis, 130, 2.º.

A 8.ª final nacional decorrerá nos dias 5 e 6 de outubro, em Tomar.

Bowling 8.º circuito regional

O SBN vai organizar, nos próximos dias 7, 14 e 21 de março, e 23 e 30 de maio, com início às 21h00, o 8.º circuito regional de bowling, que terá lugar nas

instalações do salão de jogos do Strike Bowl, Rua Dr. Afonso Cordeiro, 627, Matosinhos.

O circuito será disputado em cinco jornadas e em cada uma delas cada jogador disputará três jogos.

Para efeitos da classificação geral individual final e consequente apuramento dos representantes do SBN para a final nacional, a efetuar nos dias 29 e 30 de junho, no mesmo salão, serão considerados os quatro melhores resultados obtidos nas cinco jornadas realizadas.

O custo da inscrição é de 15,00 euros por pessoa e deverá ser efetuada até ao próximo dia 1 de março, nos serviços do SBN.

Futsal 37.º torneio regional

Contando com a colaboração dos elementos da Comissão Organizadora, dos coordenadores das delegações sindicais, dos delegados das equipas, dos treinadores, dos árbitros e, sobretudo, dos atletas, o SBN vai levar a efeito, no pavilhão da Escola Francisco Torrinhã, Rua S. Francisco Xavier, 64, com início previsto para 9 de março, o 37.º torneio

regional de futsal, que esperamos venha a proporcionar, uma vez mais, um agradável convívio entre todos os participantes.

O êxito alcançado nas edições anteriores e o elevado número de participantes mostram que esta é uma iniciativa que merece o interesse de todos, Sindicato e associados.

As inscrições deverão ser feitas impreterivelmente até 22 de fevereiro, nos serviços do Sindicato, onde poderão ser obtidas mais informações.

O sorteio da Região da Sede realizar-se-á no dia 4 de março, pelas 17h30, na Rua Cândido dos Reis, 130, 2.º.

Pesca desportiva

Mais uma vez o SBN vai levar a efeito os campeonatos interbancários de pesca desportiva.

As provas estão abertas à participação de todos os associados do Sindicato, quer façam individualmente a inscrição, quer sejam inscritos através dos respetivos grupos culturais e desportivos.

As inscrições deverão ser feitas até ao próximo dia 28, nos respetivos grupos desportivos, quando para participação coletiva, ou, individualmente, nos servi-

ços do SBN, onde poderão ser obtidas mais informações. Em qualquer dos casos, e a fim de evitar quaisquer constrangimentos, solicita-se que as mesmas sejam efetuadas dentro dos prazos estabelecidos.

Os locais e as datas das provas indicadas poderão vir a ser alterados se, por qualquer motivo, não vierem a ser concedidas as respetivas autorizações ou se as condições locais se apresentarem deficientes.

As provas coletivas – entre os grupos desportivos – decorrerão em simultâneo com as individuais.

Surfcasting 6.º campeonato regional

A primeira prova terá lugar na praia das Pedras Brancas, no dia 23 de março, e a segunda disputar-se-á na praia Pedras do Corgo, a 13 de abril.

A final nacional decorrerá em Santo André, a 18 de maio.

Pesca de mar 34.º campeonato regional

A primeira prova terá lugar em Anjeiras, no dia 6 de abril, a segunda em

Vila Chã, a 20 do mesmo mês, e a terceira na Póvoa de Varzim, a 4 de maio.

A final nacional decorrerá no dia 12 de outubro, em Peniche.



Pesca de rio 35.º campeonato regional

As provas decorrerão nos dias 27 de abril em Cavez, 11 de maio em Chaves, e 15 de junho em Santo Tirso.

A final nacional terá lugar em Chaves, no dia 28 de setembro.

Pesca de alto mar

A final nacional decorrerá em Vila-moura, a 25 de maio. ■



Textos: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Para quem foi alvo de rescisão de contrato

SBN mantém acesso de ex-sócios aos serviços internos do SAMS

Os ex-associados do Sindicato podem aceder aos serviços clínicos internos do SAMS na qualidade de utentes

A Direção do SBN decidiu manter o acesso aos serviços clínicos internos do SAMS, de ex-sócios do Sindicato e familiares, devido a abandono do setor por rescisões de contrato ou por despedimento coletivo, ambos em resultado de reestruturação ou de extinção das instituições, usufruindo da tabela de preços que é aplicada aos utentes familiares de associados, desde que o requeiram expressamente.



Para tal decisão, a Direção levou em linha de consideração que para muitos dos bancários que se viram compelidos às eufemisticamente denominadas "rescisões amigáveis" nas institui-

ções de crédito onde laboravam, aquelas perdas do posto de trabalho causaram enormes prejuízos de diversa ordem, entre os quais os que se referem ao domínio da saúde. ■

Festa de Carnaval em Barcelos

A Direção do SBN vai realizar um almoço-convívio de Carnaval, destinado a todos os sócios e familiares, no próximo dia 16 de fevereiro, em Barcelos, na Quinta da Pia.

Os autocarros partirão às 9h30, junto à Câmara Municipal (Café Capitólio), efetuando o trajeto em direção a Braga.

Às 10h15 terá lugar uma visita ao Sameiro e uma hora depois ao Bom Jesus, após o que será feita a partida em direção à Quinta da Pia.

Às 13h00 será servido o almoço e às 17h00 um lanche. A tarde será de convívio e de animação, com algumas surpresas para as melhores fantasias de Carnaval.



Santuário do Sameiro...

O Santuário do Sameiro, cuja construção se iniciou em meados do séc. XIX, é o centro de maior devoção mariana em Portugal, depois de Fátima. Do templo, concluído no século XX, destaca-se no interior o altar-mor em granito branco polido, bem como o sacrário de prata.

Em frente do templo ergue-se um imponente e vasto escadório, no topo do qual se levantam dois altos pilares, encimados pela Virgem e pelo Coração de Jesus.

... e do Bom Jesus

Referência obrigatória do barroco europeu, que evidencia a própria evolução da arte bracarense, o Santuário do Bom Jesus do Monte, cujas origens remontam ao princípio do século XIV, é considerado a maior atração turístico-religiosa da cidade e da região de Braga. Neste local, a natureza e a arte de André Soares e do coronel Vila-Lobos combinam-se para fazerem dele um verdadeiro ex-libris da "Cidade dos Arcebispos".

As escadarias em ziguezague, com uma capela de cada lado e a igreja no cimo das escadas, são os pontos de maior interesse. ■

Elisabete Amaral no GD Santander Totta



Depois de expor "Memórias de um Leque" no Centro de Formação Contagiarte, no Porto, e "Raízes", na Casa Municipal da Cultura de Estarreja, sua terra natal, "Lugares de Memória" é o título que a associada do SBN Elisabete Amaral escolheu para a mostra que apresenta no espaço do restaurante do Centro Totta, em Lisboa, onde estará patente até ao próximo dia 15.

A exposição é constituída por um conjunto de trabalhos de gravura, desenho e pintura e, segundo a autora, tem como objetivo resgatar memórias de lugares e de vivências de um "tempo longo" vivido na instituição bancária. ■



Gentil Louro, coordenador distrital da sindicalização

"Somos uma força em quem os trabalhadores podem confiar"

Texto: SEQUEIRA MENDES

Os sindicatos verticais têm tido alguma dificuldade de implementação no distrito de Leiria, por razões geográficas e ideológicas.

O SBC tem lutado para inverter essa tendência, mantendo um contacto direto com os trabalhadores, ouvindo os seus problemas e apoiando os que atravessam dificuldades, explica o coordenador da Sindicalização nesta área



Gentil Louro adianta que a estrutura distrital está empenhada em esvaziar o trabalho negativo de certas organizações

O distrito de Leiria, por razões geográficas e ideológicas, constituiu desde há muito tempo, há muitos anos mesmo, um entrave assinalável na posição dominante que os sindicatos verticais têm tido no sindicalismo democrático dos bancários do Centro.

As interferências partidárias no campo sindical, com todos os aspetos negativos que acarretam, têm levado à divisão dos trabalhadores e consequentemente à proliferação de sindicatos amarelos, que, ou só tratam de assuntos marginais ao sindicalismo, como seja garantir seguros de saúde aos seus associados – não bulindo uma palha no campo reivindicativo e sindical – ou se revelam meras correias de transmissão dos partidos que lhe dão cobertura e apoio. São estes que lhe marcam o ritmo e sinalizam as suas práticas, em função das estratégias partidárias definidas e implementadas por essas organizações pelo que, em termos concretos, a sua prática consiste na luta pela luta, não fornecendo aos associados a garantia de que as suas reivindicações sejam satisfeitas e consumadas.

As formas de luta mais radicais, quando não inseridas e travadas em função de reivindicações concretas, conduzem à desmobilização dos trabalhadores, afastando-os sempre e quando se torna efetivamente necessária a sua colaboração.

Presença nos balcões

Com a finalidade de dar a conhecer aos nossos associados toda a problemática decorrente da sindicalização num distrito que se tem tornado bastante difícil, fomos ao encontro de Gentil Louro, coordenador da sindicalização deste distrito, no sentido de nos dar a conhecer o que foi feito para contrariar esta tendência, propondo-lhe que nos narre, em termos de balanço, como foi o ano de 2012.

Começou por nos referir que "a nossa cultura tem por base a sindicalização, pelo que estamos totalmente virados para essa vertente, tendo em vista não só a auscultação dos associados e o levantamento das questões laborais que os preocupam, como dar-lhes a garantia, através da nossa presença nos balcões, que somos uma força em quem os trabalhadores podem confiar, assegurando, assim, a sua fidelização".

"A CGD tem sido um alvo específico da nossa atuação no distrito, dada a especificidade de que se reveste, não só no campo sindical como por via das dificuldades próprias que os trabalhadores têm sentido na pele, com cortes sucessivos nos seus salários impostos pela tutela e que já levaram a que estes vissem os seus rendimentos de trabalho diminuídos em mais de 30% nos últimos dois anos", disse.

Gentil Louro referiu ainda que todo este trabalho na CGD foi rematado "por umas

Jornadas Sindicais na CGD, que mobilizaram toda a estrutura sindical do SBC e que em boa hora foram levadas aos quatro distritos que enquadram a nossa área sindical".

Apoio aos trabalhadores

O coordenador da sindicalização de Leiria aludiu ainda "ao apoio que a estrutura distrital deu a todos os trabalhadores em dificuldade, nomeadamente aos trabalhadores do Banif que foram alvo de despedimento, aos trabalhadores do Millennium bcp que por motivos idênticos tiveram que abandonar o setor, aos trabalhadores do BIC/BPN também eles objeto de despedimento, à solidariedade que no terreno prestámos à luta que em boa hora o SBN encetou com vista à reposição da legalidade no Finibanco/Montepio Geral e, ainda, aos trabalhadores do Barclays".

Gentil Louro concluiu afirmando que toda a estrutura distrital "está nesta luta de corpo e alma para esvaziar o trabalho negativo com que certas organizações têm malado este distrito e que têm contado com a complacência de alguns trabalhadores que se deixam vender, uns por dez reis de mel coado, trocando uma atuação sindical correta, propositiva e participada por uns cêntimos nas participações, outros que têm uma visão corporativa do sindicalismo". ■

Secretariados Regionais pela voz dos seus representantes

Angariar e fidelizar sócios, uma preocupação diária em Leiria

Tem início este mês uma ronda pelos quatro Secretariados que integram a estrutura sindical do Sindicato dos Bancários do Centro, chegando à fala com os seus secretários coordenadores para que deem a conhecer a realidade no terreno, as suas vitórias mas também os seus desencantos. Na primeira pessoa Pedro Veiga, coordenador da Secção Regional de Leiria



Pedro Veiga, coordenador da Secção Regional de Leiria

Organicamente, cada distrito da área de jurisdição do SBC constitui uma Secção Regional, constituindo a Assembleia de Secção e o Secretariado os seus órgãos.

A sua competência mais vinculada é a "capacidade de eleger os seus representantes ao Conselho Geral", afirma Pedro Veiga, coordenador do distrito de Leiria. Refere ainda que, "excetuando a Assembleia de Secção que teve lugar o

ano transato, onde foi abordada a problemática do Acordo Tripartido de Segurança Social assinado conjuntamente com o Governo e as entidades patronais, esta prerrogativa não tem sido posta em prática nos últimos anos".

É do Secretariado, da sua composição, das competências e das tarefas desenvolvidas e a desenvolver que Pedro Veiga dá conta.

Este é "composto pelo seu coordenador, pelo tesoureiro, António Gonçalves, e pelo secretário Manuel Borges da Silva", que asseguram também as tarefas administrativas. Basicamente, a atuação deste órgão divide-se em dois vetores: "A parte político-sindical e a parte lúdica, subdividindo-se esta numa vertente cultural e numa vertente desportiva".

Na área político-sindical, Pedro Veiga destaca o "apoio à Direção, nomeadamente no que se refere às visitas aos balcones, onde se luta diária e arduamente pela angariação de novos sócios, além, claro está, de se proceder à manutenção e fidelização dos já existentes, uma tarefa cada vez mais difícil devido à forte concorrência dos sindicatos que apenas prestam serviços de saúde".

Pedro Veiga salienta, ainda, "a colaboração do Secretariado com o Departamento Jurídico sempre que é necessário elaborar e elencar as consultas gratuitas a que os nossos associados têm direito, quer no âmbito pessoal, quer no profissional".

Tempos livres

"A vertente lúdico-cultural desenvolve-se em colaboração direta e estreita com o Departamento de Tempos Livres, sendo dignas de registo as visitas efetuadas a locais de interesse turístico e cultural, idas ao teatro e, finalmente, a já tradicional 'Grande Noite de Fado', que conta habitualmente com a presença de largas dezenas de associados. Na outra vertente há ainda a registar a realização de vários eventos desportivos, destacando-se, pela sua maior importância, a pesca de alto mar, pesca de rio, pesca de mar, surfcasting e torneios de sueca", entre outros, como afirma Pedro Veiga.

O coordenador salientou ainda que o Secretariado "se encontra aberto a outras ações que sejam solicitadas pelos colegas, sempre que haja um número suficiente que justifique a sua realização".

A situação de crise por que passa o País e que tem afetado também os bancários, principalmente os do ativo, "já está a refletir-se negativamente no conjunto dos nossos eventos", assegura.

Além da sede do Secretariado, a Secção Regional possui instalações em Caldas da Rainha, onde "existe uma sala da formação que tem sido palco de muitos cursos de formação ministrados e patrocinados pelo SBC, virados para a vertente bancária, e uma sala de convívio", refere ainda.

Pedro Veiga endereça aos sócios o convite "para visitarem as nossas instalações e para participarem nas atividades a realizar pelo seu Secretariado, pois assim, todos juntos seremos mais fortes, principalmente nestes momentos difíceis que atravessamos". ■

Coimbra

Aprovado calendário de atividades

O Secretariado da Secção Regional de Coimbra reuniu-se com a Direção do SBC e aprovaram quatro atividades para este semestre, cujas inscrições estão já abertas



José Fazendeiro, coordenador do Secretariado Regional de Coimbra

Teve lugar no dia 15 de janeiro uma reunião do Secretariado Regional de Coimbra com a Direção do SBC. Estiveram presentes por parte do Secretariado o coordenador José Fazendeiro, António Guiné e José Mário; pela Direção marcou presença António Pimentel.

A reunião teve como objetivo analisar e definir o calendário das provas desportivas e culturais da Ação Central do SBC e as que são propostas pelo Secretariado, no sentido de não haver qualquer sobreposição entre elas.

Assim, o Secretariado aprovou a realização de quatro atividades e respetiva calendarização.

Estas atividades destinam-se, basicamente, a todos os associados do SBC do distrito de Coimbra, área de intervenção desta Secção Regional.

Apela-se a todos os associados para que participem ativamente nestas atividades, podendo desde já proceder à sua inscrição para o endereço: Secretariado Regional de Coimbra, Rua Lourenço Almeida Azevedo, 17 - 3000 250 Coimbra; telf: 239 821 935; email: jose.fazendeiro@sibace.pt ■

Desporto e Cultura

É este o calendário das atividades programadas:

- 2 de março: prova de king, a realizar nas instalações do SBC, na Rua Lourenço Almeida Azevedo;
- 6 de abril: visita a exposição e Caves Aliança, na Mealhada;
- 17 de maio: tarde de fados nas instalações do SBC, na Rua Lourenço Almeida Azevedo;
- 15 de junho: prova de motos a realizar na Lousã.

Instalações também em Caldas da Rainha

A sede do Secretariado Regional de Leiria é na Rua Dr. José Henriques Vareda, n.º 27-1.º, existindo em Caldas da Rainha, a ponta Sul do distrito, instalações que organicamente fazem parte do Secretariado.

As instalações do SAMS, quer em Leiria quer em Caldas da Rainha, são sempre paredes-meias com as instalações sindicais, pois deste modo a complementaridade que deve existir entre estas duas vertentes sindicais torna-se mais fluida. ■

Muitos sócios na festa de Natal na Guarda



A Secção Regional da Guarda levou a efeito o seu já tradicional jantar convívio de Natal no dia 14 de dezembro, uma festa que já ganhou raízes naquele distrito. O evento, que teve lugar no hotel Lusitânia, na cidade da Guarda, constituiu um êxito assinalável, pois foi grande a participação dos associados.

Depois de um delicioso jantar que selou a amizade e os belos momentos de alegria e

solidariedade que envolveram todos os presentes, teve lugar a atuação de um duo musical que brindou toda a gente com música de grande qualidade para ouvir e dançar.

As honras da casa foram feitas pelo secretário coordenador, Gabriel Rodrigues, que agradeceu a presença dos participantes e aproveitou o ensejo para desejar a todos um feliz Natal e, dentro dos possíveis, um bom 2013.

Aníbal Ribeiro, Vice-Presidente da Direção, que se dirigiu a todos numa vertente mais política abordando alguns temas do nosso quotidiano sindical, aproveitou o momento para também fazer votos de um bom Natal.

Por volta da uma da manhã encerrou-se o convívio com fervorosos votos de que em 2013 haja mais. ■

Concurso "O Melhor Desenho de Natal STAS"

E os vencedores são...



Gonçalo Revés Gonçalves, 5 anos - 1.º escalão

Face a tanta criatividade e imaginação, a tarefa do júri foi árdua, mas depois de muito refletir escolheu os cinco finalistas. Os postais do próximo Natal STAS já têm ilustração garantida

Texto: **PATRICIA CAIXINHA**

Findada a época natalícia, terminou também o prazo para receção dos desenhos que foram chegando à sede do Sindicato, em resposta ao desafio do STAS, no Natal, junto da pequenada. É então altura de fazer o balanço das obras de arte e premiar os melhores artistas. Tarefa árdua, atendendo à qualidade e fantasia com que fomos surpreendidos nos desenhos que nos chegaram às mãos. O Júri viu-se "grego", mas também ele esteve à altura do desafio.



Eduardo Mendonça dos Santos Carvalho, 7 anos - 2.º escalão



Afonso Fonseca, 7 anos - 2.º escalão



Inês Farinha Rocha, 9 anos - 2.º escalão

Vários desenhos encheram a sede do STAS de cor e magia. Uns pintados, outros colados, e todos eles repletos de criatividade e imaginação, características muito próprias de quem é criança. A participação, ainda que reduzida, revelou o talento e as habilidades dos que deram largas à sua imaginação e fizeram arte do conto do Vasco Pacheco. No escalão até aos cinco anos o premiado foi o Gonçalo Revés Gonçalves. No escalão dos seis aos nove anos



Mariana Revés Gonçalves, 11 anos - 3.º escalão

temos três vencedores: o Afonso Fonseca e o Eduardo Mendonça dos Santos Carvalho, de 7 anos, e a Inês Farinha Rocha, de 9 anos. No escalão dos 10 aos 12 anos, a vencedora foi a Mariana Revés Gonçalves. Cada uma destas crianças vai receber jogos e acessórios para consolas à sua escolha, até ao montante máximo de cem euros.

Os desenhos premiados serão ainda utilizados no postal do próximo Natal STAS. A todos os outros artistas de palmo e meio que participaram nesta iniciativa, o nosso obrigado por fazerem parte da magia do Natal STAS. Estejam atentos aos próximos desafios! Obrigado a todos por tornarem este sonho possível. ■

Futsal feminino e masculino

Torneios começam com assinalável êxito

Texto: **MÁRIO RÚBIO**

As primeiras jornadas mostraram a competitividade das equipas em disputa, com destaque para o torneio feminino, iniciado este ano. O STAS quer estender as provas a todo o setor financeiro



Equipa da Zurich

Os torneios feminino e masculino de Futsal do STAS tiveram início no dia 7 de janeiro.

Os jogos estão a decorrer no Pavilhão da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa (Rua Alfredo da Silva), às segundas-feiras das 20h00 às 24h00.

As primeiras jornadas demonstraram a competitividade das equipas, especialmente no Torneio Feminino, dado

que os resultados têm sido discutidos com muito equilíbrio entre as participantes.

Esta primeira experiência no Torneio Feminino, que conta com quatro equipas, está a ser um êxito, razão pela qual acreditamos que as próximas edições serão ainda mais participadas.

O desafio que se nos coloca é o de procurarmos a organizar mais provas



Equipa da Generali



Equipa da Inetese

destas com a participação de equipas de todo o setor financeiro.

Aqui fica o nosso compromisso nesse sentido!

Entretanto, apresentamos fotos de três equipas femininas participantes ficando prometido que no próximo número apresentaremos a da Fidelidade, bem como das masculinas.

Aproveitamos para vos convidar a assistir às próximas jornadas que se realizam dias 18 e 25 de fevereiro. ■

Sindicato decreta guerra ao papel

Declarações para IRS disponíveis no portal SBSI/SAMS

A partir de 20 de fevereiro, os sócios do SBSI e beneficiários-titulares do SAMS podem obter declarações – para IRS ou outras, como as de participações complementares – através do portal.

O Sindicato enviá-las-á ainda por email a quem tenha endereço eletrónico registado, e nas várias instalações do SBSI será possível solicitar presencialmente a sua emissão. Salvo casos excecionais, as declarações deixam de ser remetidas, por via postal, para a morada dos destinatários



O SBSI, em particular na área da saúde através do respetivo SAMS, tem envidado esforços para disponibilizar aos seus sócios e beneficiários melhores serviços, incluindo melhor informação.

É o que acontece designadamente com a emissão anual da declaração para IRS e de outras declarações de óbvia utilidade para sócios e beneficiários. Neste domínio, foi decidido recorrer a diferentes e diversificados meios de acesso às declarações relativas a 2012.

No portal do SBSI/SAMS

Assim, a partir de 20 de fevereiro, as declarações periódicas destinadas a sócios e beneficiários estarão disponíveis no Portal SBSI, em SBSI Directo > Declarações ou SAMS Directo > Declarações, para visualizar, guardar ou imprimir.

Para o efeito, o sócio ou beneficiário-titular deverá aceder à área reservada do Portal, mediante autenticação – a efetuar, como é sabido, por:

- N.º (sócio ou beneficiário) e PIN (código pessoal, também utilizável noutras funcionalidades, designadamente na marcação de atos clínicos); ou
- Nome de utilizador e palavra-passe (de registo no portal).

As funcionalidades associadas a SBSI Directo > Declarações ou SAMS Directo > Declarações remeterão para lista identificativa das declarações disponíveis.

Envio por email

Tendo em consideração a especial relevância de algumas declarações, bem como os prazos estipulados para a sua apresentação a outras entidades, será, ainda, promovido o envio das declarações para a caixa de correio eletrónico do sócio ou beneficiário-titular, desde que o respetivo endereço tenha sido comunicado ao SBSI.

Caso o endereço não tenha sido ainda comunicado, esta será uma excelente oportunidade para o fazer, acedendo a SAMS Directo > Dados Pessoais > Alteração Email e Telemóvel.

Imprimir ou solicitar

Qualquer das declarações pode, ainda, ser obtida presencialmente nos locais de 'atendimento geral' em:

- Sede ou Secção Regional do SBSI;
 - Centro Clínico de Ambulatório, Hospital ou Posto Clínico do SAMS/SBSI.
- Por outro lado, estará disponível um computador (com Internet direcionada para www.sams.pt) e uma impressora, colocados temporariamente nas instalações do SBSI em Lisboa:
- Sede do SBSI - R. S. José;
 - Centro Clínico de Ambulatório - R. Fialho de Almeida;
 - Hospital do SAMS - R. Cidade de Gabela.

Há ainda a possibilidade de solicitar a emissão das declarações através de email ou por carta.

Nestas circunstâncias, as declarações assinaladas deixam de ser remetidas por via postal para a morada dos destinatários. A expedição por esta via será, no entanto, mantida no caso de pensionistas (familiares de ex-sócios ou ex-beneficiários com direito a pensão) ou de solicitações especialmente atendíveis. ■

Declarações disponíveis

No portal do SBSI/SAMS estarão acessíveis as seguintes declarações, que também podem ser enviadas por email aos sócios e beneficiários-titulares do SAMS:

- Declaração de Despesas de Saúde para IRS-2012;
- Declaração de Participações-2012, atribuídas em regime de Complementaridade;
- Declaração de Quotizações-2012 para o SBSI, relativamente a associados que asseguram o pagamento direto das respetivas quotizações;
- Declaração de Contribuições-2012 para o SAMS/SBSI, relativamente a beneficiários que asseguram o pagamento direto das respetivas contribuições;
- Declaração de Contribuições-2012 para o FSA - Fundo Sindical de Assistência do SAMS/SBSI;
- Declaração de Despesas de Lutuosa-2012.

Futsal

Team Foot Activobank arranca a liderar marcador

Na primeira jornada do 37.º torneio interbancário de futsal a equipa Team Foot Activobank fez jus aos pergaminhos e destacou-se como a única com seis golos marcados



O 37.º torneio interbancário de futsal teve início a 22 de janeiro com o sorteio das séries de Lisboa, realizado na sede do SBSI. Na área da capital participam 11 equipas, agrupadas em duas séries: A e B.

Os jogos da série A realizam-se às sextas-feiras, com começo às 19h00, e participam seis equipas. Já os da série B têm lugar aos sábados, com cinco equipas (uma folga), pelo que são apenas dois jogos. O Pavilhão da CGD, em Lisboa, acolhe os jogos de ambas as séries.

Nas Secções Sindicais Regionais participam 24 equipas: Portalegre, Tomar, Faro, Horta, Castelo Branco e Setúbal, cada com uma equipa; Beja e Angra do Heroísmo com duas; Funchal e Pontal Delgada com quatro e, finalmente, Évora com seis equipas.

Resultados equilibrados

A primeira jornada das séries de Lisboa realizou-se nos dias 25 e 26 de janeiro. Os jogos foram bem disputados, com resul-

tados muito equilibrados e quase tangenciais, exceto o último jogo da série A, que teve o resultado mais desnivelado da jornada: 6-0 a favor da Team Foot Activobank, fruto da grande experiência desta equipa, já por diversas vezes campeã regional e nacional.

Os três jogos da série A foram disputados entre as equipas Portugais (BdP) e Serviços Sociais do Montepio (MG) (3-2); C.M. BCP Foot a Mill (BCP) e C.M. BCP Fapoc (B. Popular) (0-2); Team Foot Activobank (BCP) e C.A. LSL (CCAM) (6-0).

Os dois jogos da série B foram decididos entre as equipas G.D Santander Totta (BST) e Banco BPI (0-1) e entre a Multinhos (Sibs) e Red Team (B. Popular) (2-3). Folgou a equipa Clube GBES (BES).

No final da jornada, a classificação é a seguinte: Série A: 1.º Team Foot Activobank; 2.º Portugais; 3.º BCP Fapoc, todas as equipas com três pontos.

Série B: 1.º Red Team; 2.º Banco BPI; 3.º Multinhos, todas também com 3 pontos. ■

TEXTOS: FILIPE CABRAL DANIEL

Squash

BCP faz o pleno

Os jogadores do BCP iniciaram em beleza o 7.º circuito interbancário de squash, ao liderarem a classificação da primeira prova e conquistarem os lugares cimeiros em individuais e por equipas

O 7.º circuito interbancário de squash arrancou no último fim de semana de janeiro nos courts da Quinta da Marinha. Estão inscritos cerca de duas dezenas de jogadores, mas por razões alheias à organização a disputar primeira prova estiveram apenas 11 entusiastas da modalidade. No entanto, os 11 jogadores

fizeram questão de não deixar os seus créditos por mãos alheias, tendo proporcionado um dia com excelentes jogos e uma sã convivência entre participantes.

Os jogadores do BCP estiveram em plena forma, posicionando-se nos primeiros lugares e liderando a classificação após a primeira prova de individuais e por equipas.

Assim, os jogadores individuais com melhor classificação são: 1.º Francisco Madureira (BCP); 2.º José Faria (BCP); 3.º Miguel Esteveira (BCP); 4.º André Noronha (CGD); 5.º José Rebelo (BCP).

Já a classificação por equipas é a seguinte: 1.º BCP 1 (J. Faria e M. Esteveira); 2.º BCP 2 (F. Madureira e J. Rebelo); 3.º CGD (A. Noronha e D. Luís); 4.º Clube Banif 2 (G. Frias e P. Castro); 5.º Clube Banif 1 (P. Pardana e N. Talhadas).

A próxima prova realiza-se a 23 de fevereiro, nas Olaias, em Lisboa. ■

King

António Marques comanda classificação

A 7.ª edição do campeonato nacional interbancário de king prossegue na área da Grande Lisboa, tendo sido já realizadas duas jornadas.

No apuramento de Lisboa, que consta de cinco jornadas, a anteceder as meias-finais e final, estão a participar 21 inscritos.

Cada jornada inclui quatro jogos para cada jogador.

A segunda jornada, que teve lugar dia 19 de janeiro, na sede do Sindicato, contou com a presença de 17 jogadores, dado que os restantes quatro não puderam comparecer devido ao temporal que na noite anterior assolou o País.

Após esta jornada, o líder da classificação é António Marques, do BCP, com 76 pontos.

São os seguintes os restantes jogadores com melhor pontuação:

2.º António Araújo (BPI), 75 pontos; 3.º David Mina (BCP), 74; 4.º António Ramos (BCP), 73; 5.º António Moço (BPI), 64 pontos. ■



Festa de Passagem de Ano

O salão do Palacete foi decorado com as cores do SBSI

Adeus ano velho, olá ano novo

Foi em conjunto que cerca de três centenas de sócios do SBSI deram as boas-vindas a 2013, numa divertida festa de passagem de ano no Palacete Leitão, organizada pela Comissão de Juventude e pelo Pelouro dos Tempos Livres

TEXTO: INÉS F. NETO

Foi uma festa de arromba na alegria e boa disposição. Em tudo o mais teve discrição própria de uma época de crise. Se os tempos não permitem extravagâncias, resta-nos o prazer de umas horas divertidas em boa compa-



O réveillon do Sindicato juntou gente de todas as idades

nhia. Com esse propósito, o SBSI promoveu um réveillon para os sócios no Palacete Leitão, na rua Marquês de Fronteira.

A organização esteve pela primeira vez a cargo da Comissão de Juventude e o Pelouro dos Tempos Livres, o que teve o grande mérito de juntar na mesma festa gente de todos os níveis etários num convívio frutuoso.



Os sócios participaram também na festa que decorria no piso superior do Palacete

"Esta iniciativa teve como justificativo a atual conjuntura de crise. Quisemos convidar os sócios a conviver e divertirem-se por um valor simbólico, para ser acessível a todos", explicaram os responsáveis, que contaram com a colaboração de elementos dos Núcleos de Empresa de Jovens.

O salão do Palacete, decorado com as cores do SBSI, foi transformado num verdadeiro local festivo e os convivas tiveram direito a tudo o que manda a tradição numa passagem de ano: Bolo Rei, passas para lançar desejos ao novo ano e, claro, espumante para o imprescindível "tchim tchim".

Dois grupos musicais estiveram responsáveis pela animação, proporcionando horas de dança aos cerca de 300 sócios presentes. As bandas tinham reportórios diferentes, de forma a responder às diversas preferências musicais: uma "atacou" nos êxitos dos anos 50, a outra optou por músicas mais tradicionais.

Os sócios do SBSI tiveram ainda oportunidade de aceder e participar na festa que decorria em simultâneo no piso superior do Palacete, numa parceria entre a Comissão de Juventude e o grupo "No Solo", bastante conhecido pelas suas famosas festas realizadas no Algarve.

A festa do Sindicato terminou pelas quatro da manhã do primeiro dia do novo ano, mas muitos dos convivas ainda prolongaram a comemoração da chegada de 2013 na zona do antigo refeitório do Palacete. ■



Concurso FOTO FEBASE 2012

VENCEDORES e MENÇÕES HONROSAS



1º Prêmio "Destino incerto"
Nélio Cardoso



2º Prêmio "Acordar colorido"
José Canelas



3º Prêmio "Em transformação I"
Maria Salvador



1ª Menção Honrosa "Balonismo"
Álvaro Carneiro



2ª Menção Honrosa "Pavimento a ouro"
Maria Salvador